

## **IX Seminário Pensar Direitos Humanos**

### **Luta pelos direitos e crise de efetividade Dias 4 a 6 de junho de 2018**

Alunos, pesquisadores e professores poderão apresentar uma comunicação em um dos GTs (abaixo descritos). Cada GT terá quatro sessões compostas de três comunicações cada. As exposições serão de 10 a 15 minutos de modo a permitir um tempo para o debate dos participantes. Cada autor poderá enviar apenas uma proposta. A inscrição das comunicações deverá ser feita pelo envio de resumos, no qual deve constar o nome, titulação, vinculação acadêmica do proponente, bem como o título do trabalho e um resumo de até 300 palavras. O resumo deve ser enviado até dia **30 de abril de 2018**, para o e-mail: **pensardh2018@gmail.com**. A comissão científica terá até o dia 10 de maio para realizar a seleção dos trabalhos e dia 15 de maio será divulgada, diretamente aos autores ou na página do evento, a aceitação ou não do trabalho proposto.

#### **1. Descrição dos GTs**

---

##### **1) Fundamentos teóricos dos direitos humanos**

Ementa descritiva: buscando circunscrever o campo epistemológico dos direitos humanos, a discussão recairá sobre os fundamentos éticos, políticos e jurídicos dos direitos humanos. Neste âmbito, são objeto de análise do GT: (1) os conceitos de liberdade e igualdade que propicia o exercício dos direitos pelos cidadãos e a proteção dos direitos pelas instituições do Estado e sua relação direta com o reconhecimento dos direitos universais na forma dos direitos humanos e sua realização no Estado constitucional e democrático de direito; (2) a concepção de homem/humanidade a fim de pensar o humano para além dos direitos, de compreender a relação entre sujeito e conhecimento iluminando a discussão em torno das mudanças sociais e subjetividade; (3) a história dos direitos humanos focada nas relações entre economia e direito, a fim de discutir as teorias de justiça, as garantias constitucionais dos direitos civis, políticos, socio-econômicos e culturais e a realidade social.

##### **2) Práticas e representações sociais de promoção e defesa dos direitos humanos**

Ementa descritiva: buscando compreender e discutir as práticas desenvolvidas para o reconhecimento e garantia dos direitos humanos, a discussão desta linha de pesquisa terá como foco a análise das ideologias, discursos, estratégias políticas e lutas sociais. Neste sentido, são objeto de análise do GT: (1) a relação entre globalização, novas tecnologias, comunicação, a fim de discutir acerca da exclusão e inclusão, da relação entre o eu e o outro, o reconhecimento da alteridade; (2) os impactos sociais das ações em direitos humanos, tendo como foco as lutas sociais, a educação para diversidade, igualdade e diferença, gênero e sexualidade, meio ambiente e desenvolvimento, o biológico e o cultural; (3) as políticas governamentais e políticas públicas em matéria de direitos humanos, analisando o exercício da cidadania e os resultados das mobilizações públicas e das ações populares, bem como a configuração política e possibilidades de ação, assim

como as metas políticas e/ou institucionais que orientam as ações orientadas à tutela e à implementação dos direitos humanos.

### **3) Alteridade, estigma e educação em direitos humanos**

Ementa descritiva: buscando contribuir para formação de profissionais e docentes de diversas áreas, a discussão desta linha de pesquisa terá como foco a educação formal e não-formal no campo dos direitos humanos. Neste sentido, são objeto de análise do GT: (1) a questão das metodologias do ensino/aprendizagem no campo dos direitos humanos, a fim de investigar e discutir a interdisciplinaridade e a transversalidade de conteúdos levando em consideração o ambiente escolar, mas também ambientes não formais de educação; (2) a questão de gênero, do corpo e da sexualidade que se interpõe nas diversas ações profissionais, de modo que importa analisar e discutir tais práticas à luz de conceitos da ética, tais como diversidade, alteridade, respeito, responsabilidade; (3) o problema da tutela profissional em relação a grupos/pessoas consideradas incapazes de auto-determinação – como é o caso de crianças, deficientes, pacientes terminais, dependentes químicos, populações indígenas etc. –, nestas situações de diferenças óbvias entre os sujeitos cabe discutir temas como o estigma, o preconceito, a alteridade, o reconhecimento do outro, o exercício da cidadania.

### **4) Efetividade constitucional das políticas públicas voltadas à tutela dos direitos humanos**

Ementa descritiva: este grupo de trabalho desdobra-se diretamente das linhas de pesquisa do PPGDP-UFG, dando enfoque na questão da concretização constitucionalmente adequada das políticas públicas voltadas à promoção e tutela dos direitos humanos, bem como à problemática dos déficits de efetividade dos direitos sociais. Objetiva-se debater análises e diagnósticos crítico e/ou propositivos destinados a uma otimização da *responsividade* da administração pública (e uma crítica de suas omissões e contradições) frente a seus propósitos constitucionais e efetivação dos direitos humanos e fundamentais. Almeja-se fomentar debates que possam contribuir para o desenvolvimento e o aprimoramento de melhores práticas de articulação institucional e de participação social no, a elaboração e implementação de tais políticas públicas, na busca por assim aumentar a efetividade e a coerência das mesmas frente ao projeto constitucional de uma sociedade democrática e justa.